

Dinâmicas urbanas e poder político

A. Teixeira Fernandes

Resumo

Análise das dinâmicas de construção/reconstrução do espaço urbano enquanto questões de democratização da democracia e de conciliação da cidadania política com a cidadania social.

O homem é um ser que habita e, na expressão de Hölderlin tematizada por Heidegger, “o homem habita como poeta”. Os espaços da habitação são espaços poéticos, na medida em que se constroem em memória e se constituem em marcas de identidade. O homem encontra-se a si mesmo e reconhece-se no espaço da sua habitação, na sua dimensão de estar no mundo, sendo aí que encontra e reconhece também os outros como homens.

Será, contudo, a actual habitação humana poética, porque feita de memória e de identidade? As sociedades contemporâneas são caracterizadas pela urbanização. A trama da vida humana desenrola-se, cada vez mais, em tecido urbano, quer ele seja concentrado quer difuso. Alastrando pelo campo, atingindo as povoações mais recônditas, a cidade torna-se o lugar de se estar mais em público. O quotidiano das pessoas tende a inscrever-se em meios citadinos, enquanto conjunto de actividades práctico-sociais. Estes espaços surgem igualmente como campo privilegiado da vivência democrática, transformando-se em categoria central para se pensar o desenvolvimento e para se estabelecerem mesmo relações entre os povos.

Sendo isso verdade, no urbano se concentram algumas das tensões que atravessam as sociedades hodiernas. O tema da «crise» urbana aparece com alguma recorrência, e para a sua resolução se voltam os poderes políticos, ensaiando para ela os planos considerados mais adequados. Algumas dessas tensões merecem ser sublinhadas.

1. O urbano está, de ordinário, associado ao sonho de fruição da vida fácil e de libertação dos constrangimentos do rural. A cidade é o centro da acumulação, o lugar da riqueza, a expressão do espaço histórico, associando estreitamente espacialidade e temporalidade. Nela se espelha outra maneira de viver que seduz o imaginário rural como qualidade de vida. O homem citadino vive no construído por oposição ao natural rural, rodeado de tudo o que é civilização, oferecida em termos de complexos equipamentos sociais e culturais. Esta situação dá-lhe a sensação de controlar totalmente a existência. O espaço urbano torna-se centro de decisão, de riqueza, de poderio e de conhecimento.

Se o espaço urbano espelha as representações sociais mais nobres da civilização, não deixa de produzir e reproduzir relações sociais de desigualdade. As clivagens sociais estabelecem-se nele, à mistura com os seus condicionamentos e as suas limitações. O urbano é lugar da coexistência de contrários, do uso de todos os bens e da incapacidade da sua fruição, da liberdade e da opressão, da abundância e da privação relativa. As seduções de um tempo tornam-se, em outro tempo, pesadelo, à medida que a mesa deixa de ser reunião de afecto, o lar uma palavra poética e o homem perde em humanidade, transformado em ser electrónico ou cibernantropo. Na sua morfologia, as cidades tendem a fazer coexistir as classes mais opostas, as detentoras de poder económico e as que estão entregues à sua miséria ou pobreza. Para as periferias, para o peri-urbano, tendem a ser remetidas as classes situadas entre os detentores da riqueza e os que se encontram na exclusão, classes em busca de espaços alternativos adequados às suas possibilidades económicas. Com a desintegração das cidades, em busca de outra integração, e o desaparecimento de critérios e visões do mundo comuns, as cidades vivem na permanente tensão entre a insularidade de uns espaços e o cosmopolitismo de outros, ambos factores propícios ao desenvolvimento do individualismo.

As cidades podem, deste modo, reunir e pôr lado a lado classes em relativo conflito, as burguesias possuidoras do espaço e os pobres e excluídos que ocupam os bairros insalubres. Os seus produtos de luxo expostos nas suas lojas, nos seus hotéis e nos seus restaurantes, são reservados aos privilegiados, postos fora do alcance da maior parte dos habitantes, ainda que o luxo seja incompatível com os ideais democráticos, de acordo com os padrões da sua cultura política. A igualdade social e cívica pressupõe uma relativa aproximação no que concerne à igualdade económica, não podendo consentir uma acumulação ilimitada de capital.

2. Pela concentração da riqueza e pela abundância dos serviços que oferecem, as cidades tornam-se lugares por excelência de exaltação dos sentidos. Georg Simmel observa que “a base psicológica, sobre a qual repousa o tipo de indivíduos que habitam a grande cidade, é a intensificação da vida nervosa, que resulta da mudança rápida e ininterrupta das impressões externas e internas”¹. Se a vida na aldeia é caracterizada pela sensibilidade e pelas relações afectivas, na cidade, é afectada pela intelectualidade e o cálculo.

O espaço urbano assim racionalizado é marcado por uma certa perda ou, ao menos, limitação da prática democrática. A vivência cívica pressupõe espaços de convivialidade, ou lugares de reunião informal, onde seja possível a conversação e o discurso democrático. Alguns sítios proporcionavam, no passado, os encontros e o convívio a nível dos quarteirões, ameaçados hoje de desaparecimento, substituídos como são pelos centros comerciais, pelas cadeias de *fast-food* e pela confecção da alimentação para ser levada a domicílio. Os actos de comer e de beber são cada vez menos rodeados de cerimónia, tornando-se estritamente funcionais, deixando, ao mesmo tempo, de ser o pretexto e a ocasião de convivência cívica e de discussão política. O carácter proto-político destes espaços situados entre a família e a sociedade global, feitos lugares intermediários de convívio democrático, parece arrastar, no seu desaparecimento, algumas das expressões da democracia participativa. Com a perda dos lugares de convívio dos quarteirões, tende a ser abandonada a arte política da conversação, não encontrando mais espaços nesses tradicionais e privilegiados lugares de convivência cívica.

Os centros comerciais, esses são povoados por gente de passagem, não favorecendo o sentimento de comunidade. Se a democracia se caracteriza pelo debate público capaz de subordinar o interesse particular ao geral e de criar o sentimento de obrigação cívica, esse objectivo parece ser actualmente dificultado, quer nos espaços de residência quer nos espaços de convívio. É que, no urbano, se revela o conflito entre a mobilidade e a estabilidade. O habitat urbano tende a ser desenraizado e, com esse desenraizamento, são atingidas algumas dimensões essenciais da vida cívica, como a lealdade, a disponibilidade e a confiança. A reacção ao desenraizamento traduz-se na intelectualização e no cálculo, formas de protecção da vida subjectiva. As pessoas circulam pelos diversos sectores da cidade, residindo ora em um lugar, ora em outro. Sem

¹ Georg Simmel, “Les grandes villes et la vie de l’esprit”, in *Philosophie de la modernité*, Paris, Payot, 1989, pp. 234, 235, 237 e 240.

raízes que produzam estabilidade, não é fácil criar memória e identidade e, sem estas, difícil se torna alimentar o sentimento de estima e de reconhecimento pessoais. Esta democratização da estima de si parece estar em causa nas sociedades de hoje, onde o espaço urbano tende a promover a desintegração da habitação e a ghetização de alguns grupos sociais. A vida cívica exige quadros em que as pessoas se tenham e se reconheçam como iguais, para além das suas diferenciações de toda a ordem.

A racionalização da vida deixa, nessa medida, de ser acompanhada de uma vivência democrática expressa na participação, na discussão pública, quer sobre questões locais quer sobre problemas nacionais. Em tal situação, o debate entra em declínio e é substituído pela mera informação. Se a informação produzida pelo debate público é criadora e mobilizadora, a comunicação de massa, sendo formada artificialmente, tende a apoiar e a servir estratégias de dissimulação e a gerar a passividade. A discussão pública necessita de um saber que os meios de comunicação social tendem a dissimular.

3. O espaço não é, pois, em si mesmo, insignificante ou neutro. É antes uma produção social ou um produto da actividade colectiva. Cada sociedade produz o seu espaço, com a sua lógica e as suas estratégias próprias. O espaço social aparece envolvido entre o efémero e o constante, entre fluxos e impermeabilidades, e entre mobilidades e resistências.

A evolução das sociedades traduz-se em construção de espaço. Os grupos sociais colocam nessa construção o seu gosto de classe, constituindo-se depois em objecto da semiologia. Se o espaço é legível, é porque é portador de significação, dotado como é de uma forma, de uma estrutura e de uma função. Participando da dialéctica da significação/não significação, da percepção e da vivência, da dimensão teórica e prática, deixa de ser homogéneo, permitindo uma cartografia social, pelas suas marcas, as suas acções e as suas representações diversificadas. É o espaço de classes, de probabilidades de aproximação e de distanciamento entre os indivíduos, e das suas representações sociais, políticas, culturais e religiosas. Se o espaço urbano, como construção, é uma objectivação do social, não é menos uma objectivação do mental. Constrói-se e vivencia-se de acordo com vários códigos e diversos universos simbólicos.

Enquanto processo, incorpora, por sua vez, diversos actores sociais. Um é o espaço concebido pelos urbanistas e pelos planificadores. A arquitectura tem uma relação de dominação sobre o espaço, impondo o habitat como acto ou prática sociais. O arquitecto é, neste sentido, um produtor de espaço. O urbanismo na actualidade aparece dividido e partilhado entre mundos por vezes antagónicos

de passado e de futuro. Arquitectos e paisagistas elaboram e oferecem a sua própria visão da cidade. Esta visão está mais do lado do futuro do que do passado.

Diferente é o espaço do ordenamento que é determinado pelo poder político, como espaço de dominação e de exploração. Nele se fazem sentir as exigências da esfera pública normalizada. A vida moderna, na multiplicidade das suas expressões, oferece, por esta via, ao poder a possibilidade de extensão da sua rede de controle. Tal dinâmica é desenvolvida pelos que detêm o poder económico e o poder político. Ambos estes poderes buscam a defesa das suas modalidades de apropriação. A uns e a outros resistem os que se sentem excluídos do espaço urbano, remetidos para lugares estigmatizados ou para as periferias.

Outro ainda é o espaço vivido pelos diversos actores que, mais do que construtores da cidade, a habitam, que é a sua forma peculiar de a construir. Inserindo nela os seus dinamismos, estes apropriam-na em oposição ou em sintonia com os que a pensam ou com os que a querem dominar e explorar. Na expressão de Michel de Certeau, a cidade é aqui “um *sujeito universal* e anónimo”, que é preciso identificar nos seus contextos diferenciados. Uma vez concebida deste modo, “planificar a cidade é, ao mesmo tempo, *pensar a pluralidade* própria do real e *dar efectividade* a este pensamento do plural: é saber e poder articular”². A vivência do espaço e a sua apropriação é feita mais em função do passado do que do futuro. Se os primeiros pretendem dirigir, os segundos resistem à dominação. Enquanto uns desejam inovar, outros necessitam de assegurar a sua memória e a sua identidade, alheios à construção que aqueles pretendem realizar. Deixando de ser construída pelos que a habitam, a cidade não é mais vivenciada de forma harmoniosa e participada.

Se a cidade não é só um objecto, mas sobretudo um sujeito colectivo, o urbano, no seu desenvolvimento, não pode deixar de assumir a forma de acção consciente da colectividade que o constitui. Outros protagonistas deverão, nesta perspectiva, ser tidos em conta. Merecem particular referência o tecido associativo urbano, com os seus diversos tipos de aglutinação e de organização, assim como alguns actores sociais, como, por exemplo, os estudantes, com os seus projectos de vida presente e futura.

Os protagonistas do espaço vivido não formam, eles mesmos, um universo homogéneo. Há os que enraízam a sua identidade no espaço, vivendo-o como dimensão de si mesmos. Ma há igualmente os que flutuam sem referência a

² Michel de Certeau, *L'Invention du Quotidien*. 1. *Arts de Faire*, Paris, Gallimard, 1998, p. 143.

espaço algum que não seja o espaço global da cidade, vagueando de habitação ao sabor dos seus interesses mais ou menos momentâneos e dos seus gostos.

A cada uma destas modalidades de estar no espaço correspondem representações específicas. Ao espaço concebido, estão associadas representações do espaço, ou formas teóricas de o modelar. Ao espaço vivenciado correspondem espaços de representações. O espaço das representações é vivido. É constituído pelos lugares da acção e da identidade ou da identificação. O espaço concebido, com as suas representações, é um espaço abstracto, enquanto o espaço vivido ou espaço das representações, é o espaço personalizado, como espaço dos encontros e dos desencontros, das luzes e das sombras, dos cheiros e das singularidades.

O espaço das representações vividas apresenta-se diferente ao olhar dos que o observam e dos que nele tendo vivido a ele regressam. O que perdura nas pessoas não é tanto a realidade em si mesma, mas a realidade transfigurada pelo imaginário. A revisitação dos lugares traz sempre a surpresa de serem os mesmos e de não serem mais os mesmos. A diferença está no imaginário que cresceu. Os espaços da vivência produzem representações mais ou menos alargadas, de acordo com o crescimento do imaginário.

Se, no passado, o espaço concebido se associava estreitamente ao espaço vivido, actualmente tende a haver um certo distanciamento entre um e outro, com a ocorrência, por vezes, de conflitos entre eles. Tais conflitos podem apresentar-se sob a forma de contraste de estilos, de quebra de movimentos, de disfuncionalidades de ocupação e de apropriação. Mas estão, sobretudo, submetidos aos conflitos do poder político e da actividade económica.

A mundialização, que parece querer abolir o local, não faz mais do que despertar a sensibilidade em relação aos espaços concretos. Contrariamente aos espaços dos fluxos da mundialização, assiste-se à descoberta dos espaços sociais vividos. Tornam-se, por isso, frequentes as publicações de fotografias de ambientes citadinos antigos, que procuram mostrar o espaço que foi. Tais publicações são expressão de uma nostalgia dos espaços vividos que adquirem substância face aos actuais espaços dos fluxos e aos espaços de normalização. É sobre estes espaços dos fluxos que se fazem sentir mais os poderes político e económico.

4. A cidade é, na verdade, o espaço de várias tensões. Não se inscrevem nela apenas as lutas e as contradições da sociedade, é cada vez mais o lugar da afirmação do poder político. As cidades que se apresentavam outrora como espaço de autonomia face ao Estado, tendem hoje a ser-lhe subordinadas, na

oposição que se estabelece entre os que fazem o espaço, os que o gerem e os que o habitam. Embora Raymond Ledrut afirme que “o urbanismo é, ao mesmo tempo, ciência e arte, técnica e política, poesia e filosofia. Ele exige o conhecimento dos ligames essenciais e das estruturas globais”, a verdade é que há a tendência para que os que são promotores do espaço concebido estejam do lado dos que o gerem, isto é, dos que o planeiam e controlam, fazendo com que a sua relação com os que se inserem no espaço vivido não seja sempre pacífica. A tendência é hoje bastante acentuada, na medida em que, segundo Jacques Julliard, “as elites abandonam a democracia, o povo abandona o progresso; o fosso entre o povo e as elites tornou-se tão profundo que tende, nas análises mais correntes, a substituir a velha luta de classes que, desde a aurora da revolução industrial, opõe o proletariado ao capitalismo, os operários aos patrões, os salarizados aos empregadores”. O que este autor pretende mostrar é que “o elitismo, isto é, a democracia sem o povo, e o populismo, isto é, o povo sem a democracia, são dois cancros que nos corroem ao alimentarem-se um ao outro”³. A relação da população com o poder político não será de natureza diferente. Ulrich Beck sustenta que é preciso que as pessoas abandonem a ideia de que as administrações e os peritos sabem exactamente, ou pelo menos sabem melhor, o que é certo e bom para todos. A ser verdadeira a afirmação, impõe-se a desmonopolização da pericialidade. As pessoas vão tendo uma percepção clara do que desejam como qualidade de vida, postulando-se cada vez mais a exigência garantida de intervenção da população no próprio processo de decisão, uma vez que esta é, em última análise, o factor mais condicionante da existência.

A concepção e a gestão do espaço estão relacionadas com a mudança da sociedade. O poder político que pretende mudar o homem e a sociedade intervém directamente na construção do espaço urbano, como o mostra o normal procedimento dos regimes políticos. A cidade não espelha somente os gostos diferenciados de classe – através dos quais se exercem formas de dominação –, dá ainda expressão a ideologias políticas. O espaço social urbano é produzido em conexão com as relações de produção e com o regime político. Escolhendo uma modalidade de urbanismo, uma sociedade determina a sua forma de existência humana, a sua maneira de estar e de viver. Isso conduz, com frequência, perante eventuais mudanças introduzidas, ao surgimento de resistências e de nostalgias.

³ Raymond Ledrut, *Sociologie Urbaine*, Paris, PUF, 1973, p. 6; Jacques Julliard, *La Faute aux Élités*, Paris, Gallimard, 1997, pp. 10 e 232.

Na lógica da acção do Estado, inscreve-se também a lógica da exploração. A acção das lógicas de dominação e de exploração produz a diferenciação do espaço em isotopias, como lugares análogos, em heterotopias, como lugares contrastantes, e como utopias, enquanto lugares que não têm lugar⁴. A tendência social espontânea para a diferenciação dos espaços é reforçada pelo poder político que promove ou consente as relações de inclusão/exclusão.

A relação do poder político com o espaço urbano reveste-se ainda de diversas dimensões. Aquele está presente no ordenamento do território e na construção da sua monumentalidade. O tempo imprime, deste modo, as suas marcas no espaço, fazendo igualmente deste uma temporalidade. É porque, na sua acção, a lógica do poder se congrega com a lógica da economia, algumas tendências se tornam aparentes. A ocupação do espaço apaga todos os vestígios da natureza, do vivido, e as pessoas, nomeadamente crianças e velhos, deixam de encontrar ambientes livres e saudáveis para se exprimirem e relacionarem; a poluição invade os ambientes, tornando-os irrespiráveis; a qualidade de vida que as pessoas buscam nas cidades surge como uma miragem. Os problemas do meio ambiente, da ecologia, passam a estar aí particularmente presentes. A tendência será para se converter o espaço de consumo em consumo de espaço. O urbanismo e o poder expulsam as pessoas de certos lugares, monumentalizando-os e entregando-os ao consumo. O consentimento geral advém do facto do espaço da monumentalidade oferecer a cada indivíduo a imagem da sua pertença e do seu prestígio. A acção do poder político vai ao encontro destes sentimentos e estende-se à regulação da oferta de bens culturais. O consumo cultural tende a ser assim uma função do poder político, associado como está a sistemas reguladores e financiadores.

Porque no espaço urbano se cruzam sensibilidades, gostos e concepções do mundo e da vida, que oferecem uma forma de tornar a existência possível, nem sempre directamente captável pelos que lhe são estranhos, problemática nele se torna a intervenção pública. Segundo E. Kant, a relação é a única representação que não pode ser dada pelos objectos, mas somente pelos sujeitos. Os juízos de gosto são sempre singulares⁵. A unidade dos objectos não se encontra neles mesmos, mas no espírito que os olha. A justaposição de todos os seus elementos, da natureza e do espírito, do passado e do presente, dá à cidade uma força de atracção irresistível, ao alcance de um olhar que sabe ver. A cultura

⁴ Marc Augé, *Non-Lieux: Introduction à une Anthropologie de la Surmodernité*, Paris, Seuil, 1992.

⁵ E. Kant, *Critique de la Faculté de Juger*, Paris, Aubier, 1995.

acaba por nela dominar sobre a natureza, tão grande é a inscrição do tempo no espaço.

O mercado da habitação inscreve-se nesta mesma matriz multifacetada de apropriação e de gestão de espaços. A política da habitação introduz formas de regulamentação desse mercado, através das ajudas financeiras aos particulares ou aos construtores, e de concretas políticas de crédito. Segundo Pierre Bourdieu, o Estado “contribui fortemente para *produzir o estado do mercado* da habitação, orientando em particular, directa ou indirectamente, os investimentos financeiros – e também afectivos – das diferentes categorias sociais em matéria de habitação”. O mercado das casas individuais “é o produto de uma *dupla construção social*, para a qual o Estado contribui em parte decisiva: construção da procura através da produção das disposições individuais e, mais precisamente, dos sistemas de preferências individuais – em matéria nomeadamente da propriedade ou do aluguer – e também através da distribuição de recursos necessários, isto é, das ajudas estatais à construção ou à habitação definidas por leis e regulamentos”⁶. A análise da estrutura do campo da produção e da estrutura da distribuição das disposições económicas e dos gostos em matéria de habitação dá a conhecer a política da habitação e, conseqüentemente, uma das formas da intervenção do Estado no espaço urbano. Esta intervenção faz-se mediante a acção exercida sobre as disposições dos actores e sobre a constituição do estado da sua procura e da sua oferta.

5. Diversas dinâmicas perpassam, conseqüentemente, o espaço urbano. A exclusão do urbano é igualmente a exclusão da sociedade e da cultura. É o colocar a pessoa fora da participação. São relegados para os espaços periféricos todos os que não participam dos privilégios sociais e políticos. A exclusão da cidade é a exclusão, desse modo e nessa medida, da cidadania. Uma coisa é, na verdade, fazer parte, e outra o participar. Os excluídos, embora façam parte do espaço urbano, não participam da cidade. Os que a abandonam, em busca de espaços peri-urbanos mais agradáveis, não fazendo parte dela, podem, contudo, continuar a participar.

No espaço urbano aparecem deste modo as contradições do poder político, que acabam por ser contradições entre o ordenamento político e o ordenamento económico. O ordenamento do habitat é um acto político intencionado ou omitido. Mas habitar é também um acto político, acto da polis, acto de cidadania,

⁶ Pierre Bourdieu, *Les Structures Sociales de l'Économie*, Paris, Seuil, 2000, pp. 29 e 30.

que pode e, muitas vezes, deve contrariar aquele ordenamento. O espaço urbano confronta-se aqui com o problema da coesão social, para além das eventuais ameaças ecológicas que comporta.

Tais são alguns dos dinamismos das sociedades actuais, na medida em que estas tendem a ser essencialmente urbanas ou urbanizadas. Estes dinamismos traduzem-se, com frequência, em contradições resolúveis de forma dialéctica.

O conhecimento do espaço urbano implica a identificação dos diversos actores que nele actuam, das lógicas que lhes são próprias e dos dinamismos desenvolvidos em ordem à sua apropriação e vivência. Não será muito difícil abordar tais questões em relação aos que perspectivam e gerem a cidade. Menos fácil será certamente a apreensão e a análise das representações e das acções dos que a experienciam, na sua variedade e complexidade. Esta dificuldade resulta não só da sua multiplicidade, mas sobretudo do facto de configurarem modos de vida que não podem ser reduzidos a esquemas simplificados, como são os que derivam de um relativo olhar passivo pouco questionante. O espaço urbano constitui um tecido muito variado nas suas formas e nas suas cores, e descontínuo na sua articulação. O olhar à distância homogeniza, enquanto o olhar de perto detecta a riqueza das suas partes assim como as fissuras da sua estrutura. As grandes categorizações necessárias à análise não podem deixar escapar o reticulado fino da malha das suas relações com o fluir quotidiano da vida das pessoas.

6. A construção ou reconstrução do espaço urbano é essencialmente uma questão de democratização da democracia, ou de conciliação da cidadania política com a cidadania social, de forma que não haja antagonismo entre pertença ao sistema político e pertença ao sistema social. O Estado domina pela ilusão da cidadania política que encobre ou dissimula as modalidades de não realização da cidadania social. E o Estado domina pelo que faz, mas ainda, e talvez mais, pelo que não faz. Ao lado dos actos políticos expressos e intencionais, existem os actos políticos constituídos pela omissão. Há ainda os efeitos perversos desses actos. O espaço urbano, para além de ser produto social, é uma produção política indissociável das ideologias do espaço que, de acordo com as diversas épocas, por elas é modelado. É essencialmente político, porque para além de ser formado e modelado pela acção humana espontânea, obedece a estratégias de diversos actores, por vezes em confronto. É ainda político, porque a política do espaço está subordinada à centralização.

Na democracia mais consolidada, conservam-se manifestações de autocracia, que tendem a opor-se à vontade soberana do povo. Segundo Carl Schmitt,

“é soberano aquele que decide da situação excepcional”⁷. Esta é uma estranha concepção de soberania, mas que se revela em muitas das decisões consideradas democráticas. Tais são as decisões tomadas em sede governamental, ao arrepio do sentir das populações. A acção autocrática converte a situação normal de diálogo e de busca de consensos em situação excepcional, substituindo-se a participação pela imposição.

A localização de lixeiras junto de espaços habitados ou a delimitação de parques da cidade, como acontece na cidade do Porto, podem oferecer uma excelente exemplificação. Nelas se manifesta o conflito entre o ter poder e o ter direito. A lógica do político é a lógica do poder, enquanto a lógica do cidadão é a do direito. O Estado detém o monopólio da decisão última, associado ao monopólio da violência física legítima. Na democracia mais estabelecida e desenvolvida, pode manifestar-se a autocracia, na medida em que possa competir sempre ao Estado a decisão da situação excepcional. E não lhe é difícil constituir qualquer fenómeno em situação excepcional.

Neste conflito se exprime ainda a oposição dos sistemas de valores. Os cidadãos podem confrontar-se com decisões constrangedoras tomadas pelos diversos níveis de poder. Segundo J. Habermas, o problema está em “saber se as normas de decisão e de avaliação em geral são susceptíveis de uma justificação racional”, problema que, em seu entender, “não pode ser resolvido com meios sociológicos”⁸. Em democracia, a norma tem de ser objecto de consenso. O conflito dá-se, desde logo, ao nível dos sistemas de valores que estruturam as condutas individuais e colectivas. Passa depois pelo nível da racionalidade. Para certas populações, nem sempre é racional a efectivação de disposições governamentais que lhes parecem ser o resultado de mero acto arbitrário de poder. Não se trata, para elas, de uma racionalidade formal, mas de uma razão existencial que exprima o sentir do seu viver. O problema está ainda na dificuldade de definição do papel dos poderes públicos no contexto de uma economia neo-liberal. Trata-se da questão da racionalização do papel dos poderes públicos, congruente ou não com a racionalidade da existência concreta das pessoas.

As cidades necessitam de ser repensadas, para que a sua sufocação não atinja tão directa e gravemente as pessoas. Inventadas para refúgio e satisfação dos homens, correm o risco de se tornarem ambientes de insegurança e de cansaço. Nelas se encontram conflitos, porventura contraditórios, que esperam ser resolvidos para que se construam como se gosta de habitar.

⁷ Carl Schmitt, *Théologie Politique*, Paris, Gallimard, 1988, p. 15.

⁸ Jürgen Habermas, *Raison et Légitimité*, Paris, Payot, 1978, p. 141.

BRANCA